

ÉTICA E INTEGRIDADE NO PROCESSO DE PUBLICAÇÃO¹

Nossa profissão não tem função de auditoria formal. Mais precisamente, nossas atividades de pesquisa e publicação não são monitoradas por um processo de auditoria formal. Pelo contrário, nosso trabalho repousa sobre uma base de profissionalismo e responsabilidade individuais. O resultado é que ética, e não auditoria, serve como uma garantia primária da integridade e justiça em nosso processo de investigação e da veracidade dos produtos que venham a surgir a partir dele.

Como presidente do Comitê de Ética da Educação da Academia, eu gasto um tempo considerável conversando com os editores do jornal, cadeiras de divisão, e outros líderes da Academia sobre os desafios envolvidos na comunicação e na defesa profissional de padrões éticos. O tema mais comum que emerge a partir dessas conversações envolve pesquisa e ética publicação. A explicação mais comum dos infratores inclui algumas formas como "eu não sabia."

Meus comentários aqui visam dar um brilho de luz sobre os desafios éticos que surgem na pesquisa e no processo de publicação e apresentar soluções para eles. Faço-o em duas frentes. Formalmente, apresento informações do código da Academia de Ética pertinentes à pesquisa e publicação. Informalmente, eu apresento evidências anedóticas de editores de revistas que destacam os desafios éticos que às vezes surgem como este trabalho chega para submissão à revista e fase de publicação. Através dessas ilustrações formais e informais, os leitores podem compreender melhor os desafios que enfrentamos em nossas atividades de pesquisa e publicação e como minimizar os problemas éticos relacionados a elas.

Supervisão formal limitada

Em uma profissão em que salários iniciais com seis dígitos são comuns e que pacotes de um quarto de milhão de dólares para os estudiosos de sucesso não são mais surpreendentes, a ausência de um sistema de auditoria formal é verdadeiramente notável.

Nenhuma outra profissão vem à mente em que as apostas são tão altas, mas o formal, a barreira de responsabilização sistêmica, é tão baixo que chega a ser

¹ EDITOR'S comments: the better angels of our nature—ethics and integrity in the publishing process. *Academy of Management Review*, v. 34, n. 4, p. 586–591, 2009. (Copyright of the Academy of Management, all rights reserved). Tradução: Profa Sonia Valle W. B. Oliveira.

inexistente. Nem lei. Nem medicamento. Nem contabilidade. Nem engenharia. Nenhuma.

Claro, alguns estudiosos de gestão estão sujeitos a alguns tipos de revisão formal. Por exemplo, para os trabalhos teóricos e empíricos, o processo de revisão por pares fornece uma verificação rigorosa sobre a teorização, análise e conclusões apresentadas em um artigo. Para os pesquisadores empíricos, a supervisão do *Institutional Review Board* (IRB) ajuda a garantir a regularidade do processo pelo qual certos tipos de dados são coletados. No entanto, além destes, existe pouca avaliação formal. Os processos pelos quais os estudiosos teóricos e empíricos procuram para publicar suas pesquisas não são avaliados de uma maneira formal e sistemática. Da mesma forma, nenhuma avaliação formal examina a autenticidade dos dados subjacentes aos resultados da investigação empírica. Estamos essencialmente sozinhos lá fora, guiados e, talvez mais importante, protegidos somente pelo nosso entendimento e cumprimento de nossa ética profissional.

Infelizmente, a crescente evidência sugere que podemos estar deixando a desejar. Comece uma conversa com quase qualquer pessoa com experiência editorial em uma revista de primeira, e logo a conversa vai girar em torno da ética. Um ex-editor narra uma história típica:

Em meus primeiros meses como editor, um revisor indicou que um manuscrito que eu tinha enviado a ele era muito parecido com algo que ele tinha visto antes. Entrei em contato com o editor anterior que rapidamente localizou um documento que tinha sido categoricamente rejeitado. Fiquei surpreso quando olhei através dele. Tudo no artigo anterior era idêntico a tudo do artigo atualmente submetido. . . exceto o título. Todas as palavras e todos os pontos, todas as hipóteses e todos os testes de hipóteses, todas as estatísticas e TODOS os resultados estatísticos, foram os mesmos. Entrei em contato com o autor principal e apresentei os fatos. O autor afirmou que um dos autores, menos importante, apresentou o artigo para o jornal não percebendo que tinha sido apresentado antes. No entanto, outras provas, incluindo as declarações em uma carta do autor, deixaram claro que esta versão dos fatos não seria possível. Então, eu comecei a ficar confuso. Eu fiquei irritado. Então, eu fiquei com raiva. Diversas fontes de informação claramente apontaram que os autores quiseram burlar o sistema, esperando esgueirar-se por esta segunda apresentação do mesmo artigo no âmbito de um novo editor.

Relatos como esses são mais comuns que a maioria dos estudiosos imaginam. Embora a maioria dos membros da Academia abrace os mais altos princípios éticos, alguns simplesmente desconhecem as normas éticas específicas que devem apoiar os membros da Academia. Ainda outros estão cientes destas normas, mas optam por não mantê-las. Ambos representam um desafio significativo para a nossa profissão. Felizmente, a Academia oferece orientação.

O Código de Ética da Academia: um panorama

O Código de Ética da *Academy of Management* (AOM) identifica tanto os princípios gerais como as normas específicas de conduta para os indivíduos envolvidos nas atividades da Academia. (O Código de Ética está disponível em: <http://www.aomonline.org/aom.asp?id=268>.) Os três princípios gerais de aspiração que servem como um guia para as atividades profissionais dos membros da Academia incluem (1) responsabilidade, (2), integridade e (3) o respeito pelos direitos humanos e dignidade. O Código de Ética define como esses princípios gerais se relacionam com nossas responsabilidades para com nossos alunos, nossa profissão, a academia, os gestores práticos e as comunidades maiores em que vivem e trabalham.

Além disso, o Código de Ética estabelece normas explícitas de conduta, que abrangem cinco áreas específicas, incluindo as Relações Humanas, Privacidade e Confidencialidade, Declarações Públicas, Pesquisas e Publicações, e Atribuições do Código de Ética. Nosso foco aqui é na seção de Pesquisa e Publicação dessa seção de normas explícitas do código.

As normas éticas referentes à pesquisa e ao processo de publicação vagueiam entre o óbvio e o sutil. Por exemplo, a seção de Pesquisa e Publicação do código detalha as normas éticas, tais como “os membros da AOM não fabricam dados ou falsificam resultados,” “os membros da AOM explicitamente citam o trabalho e as idéias dos outros,” e “os membros da AOM assumem a responsabilidade e o crédito ... só para o trabalho que efetivamente realizaram.”

If only publishing ethics were always so simple, so straightforward, so universally understood. Unfortunately, conversations with editors reveal they are not.

Se apenas as publicações fossem sempre tão simples, tão sinceras, tão universalmente compreendidas. Infelizmente, as conversas com os editores revelam que não são.

Prestação de contas da linha de frente

Recentemente eu entrevistei dezesseis ex-editores (chefe e adjunto) das revistas de gestão de alto nível. Pedi-lhes para contar – anonimamente, um ou dois casos em que eles foram forçados a lidar com uma aparente ou potencial violação de ética em sua revista. A boa notícia é quase a metade não foi capaz de lembrar, nem sequer um único exemplo de um comportamento eticamente questionável. (Isto é, contanto que estejamos dispostos a classificar "mau desportivismo" questões como algo diferente de ética!) A má notícia é que um pouco mais da metade não tinha nenhuma dificuldade em identificar uma infração ética.

Os eventos descritos pelos editores refletem vários temas. O mais comum desses paralelos ao evento descrito acima, envolve autores que submetem originais visivelmente semelhantes aos manuscritos anteriormente rejeitados ou trabalhos já publicados em outros periódicos. Tais artigos, muitas vezes refletem apenas pequenas alterações na teorização, hipóteses, dados e/ou análises. Como outro ex-editor lembra:

Uma apresentação recebeu reações favoráveis dos três avaliadores. No entanto, me deparei com um artigo com um título similar, publicado por diferentes autores em outra área de negócio. Este artigo publicado usou a mesma base de amostragem e análise. Os principais resultados foram praticamente idênticos. Em minha carta com a decisão, eu simplesmente identifiquei as semelhanças e pedi aos autores para diferenciar o seu trabalho e reenviar. Os autores escreveram uma resposta mordaz, e com raiva retiraram a sua apresentação.

Um segundo tema reflete o papel significativo que a serendipidade executa na identificação de manuscritos problemáticos. Em quase todos os casos em que foi identificado um artigo questionável, não foi uma auditoria sistêmica de submissão ou a literatura mais ampla, que revelou o problema. "Minha descoberta foi puramente acidental", disse um ex-editor. "Eu estava muito, muito sortudo por ter atribuído o manuscrito a um dos revisores mesmo que o tinha recebido no âmbito de um editor diferente", disse outro. "Cada problema foi identificado por acaso", observou um terceiro. Ainda outro disse: "Um artigo publicado já foi pego no processo de revisão [só] por um revisor alerta e bem instruído".

Um editor contou um caminho ainda mais tortuoso e acidental de descoberta. O editor tinha encaminhado a um seminário doutoral (com a permissão da revista e dos autores), a versão inicial de um manuscrito recentemente aceito, mas ainda não publicado.

Meu plano era fornecer aos alunos o projeto inicial de análise, e depois seguir com o final, versão aceita do artigo, para comparação. Apesar de o projeto inicial ter sido apresentado de forma anônima, os alunos descobriram um artigo já publicado pelos mesmos autores, que apresentou um modelo praticamente idêntico e testaram o modelo por meio de análise de um conjunto de variáveis que se sobrepunham às do primeiro artigo em cerca de 95 por cento! Naturalmente, a primeira pergunta dos estudantes foi: 'Como pode isto acontecer? Como pode um determinado artigo ser publicado duas vezes?' Meu único pensamento foi: 'Não pode.' Após uma investigação considerável, o documento foi retirado da lista "in press" do jornal e rejeitado. Apanhado em flagrante por curiosos estudantes de doutorado. Quão lamentável é isso?

O terceiro tema que permeia os comentários dos editores reflete a periodicidade com que as violações são cometidas por autores experientes. "Quase todas as instâncias envolvem autores que são bem renomados", observou um editor. "Cada uma dessas indiscrições envolveu um importante estudioso", observou outro. Além de tudo, a maioria das violações éticas não parece ser de casos acadêmicos em formação que não conhecem ou compreendem as regras. Também não são resultado de acadêmicos iniciantes "passando no sinal amarelo" por causa das pressões impostas pelos prazos de entrega. Talvez mais preocupante, em muitos casos os autores mais experientes explicaram que o problema resultou de erros por parte dos colegas mais jovens ou estudantes de pós-graduação. Um editor lembra: "Quando a autora foi questionada sobre...[a questão], ela respondeu que um estudante por engano enviou o arquivo eletrônico errado". Outro disse: "O autor declarou que não sabia ao certo por que aconteceu, mas que iria conversar com seus co-autores e retornar a mim. No dia seguinte, recebi um e-mail informando que um dos co-autores mais jovens tinha submetido o artigo para... [o jornal], não percebendo que tinha sido submetido antes". Naturalmente, é impossível saber onde está a verdade em tais explicações. Na melhor das hipóteses, elas implicam em uma problemática falta de cuidado por alguns autores seniores na gestão de seus manuscritos. Na pior das hipóteses, esses autores podem ser culpados não só de

violar a ética de publicação, mas também de adicionar a igualmente preocupante violação de culpar um colega júnior pela ação.

Em outros casos, os autores alegaram ignorância ou inocência. Em círculos diplomáticos, isso é chamado de estratégia da "negação plausível" e, em casos raros, tais explicações podem ser eficazes. No entanto, os editores são muito parecidos com os professores ou os pais ou policiais, na medida em que têm "ouvido todos eles" e não são frequentemente influenciados por essas explicações. Isto é especialmente verdadeiro nos casos em que o subterfúgio é obviamente deliberado. "O autor, neste caso, deliberadamente camuflou o artigo," afirmou um editor. "Apesar da diferença na construção dos títulos [entre os dois artigos], a matriz de correlação entre os dois era exatamente o mesmo! Ou seja, até a segunda casa decimal, as relações entre as variáveis em um dos artigos eram idênticas às do outro estudo, no entanto, os nomes das variáveis foram um pouco diferentes". Compreende-se que atividades como estas, por vezes, além de trazer decepção aos editores, passam os mesmos pelo aborrecimento, chegando até ao ponto de raiva.

Os editores discutiram outros exemplos de violações éticas também. Por exemplo, alguém se lembrou de um autor que não respondeu a um convite para revisar e reenviar:

Eu não conseguia entender isso. Foi um R & R em... [uma revista top], e este autor pareceu ignorar isso (mesmo depois de repetidas solicitações de retorno)! Quase três meses após o encerramento do prazo para a revisão, o autor finalmente respondeu a um questionamento sobre o manuscrito, e só então se recusou formalmente a oportunidade de rever. Sessenta dias depois, o artigo apareceu em outra revista. Aparentemente, depois de receber o R & R de nós, o autor tinha reenviado o manuscrito para outra revista, mantendo a convite do R & R ativos como um backup. Somente depois que o artigo tinha sido aceito em algum lugar que o autor o retirou formalmente do nosso sistema.

Ao todo, os editores contaram uma grande variedade de ações antiéticas. Mas, como eram diferentes, essas ações compartilharam um único atributo: nem uma única precisava ter acontecido. Duas soluções muito simples e potencialmente muito valiosas poderiam ter evitado tudo.